



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**VOTO Nº 4532/2013**

**INQUÉRITO POLICIAL Nº 0003116-56.2013.4.03.6105**

**ORIGEM: 1ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE CAMPINAS – SP**

**PROCURADOR OFICIANTE: MARCUS VINÍCIUS DE VIVEIROS DIAS**

**RELATORA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**

**INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE FALSO TESTEMUNHO, ART. 342 DO CÓDIGO PENAL. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28 C/C O ART. 62-IV DA LC Nº 75/93). AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA DO DEPOIMENTO PRESTADO. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.**

1. Inquérito policial instaurado para apurar suposta prática do crime de falso testemunho, capitulado no art. 342 do Código Penal. Testemunha arrolada pela reclamada.
2. O Procurador da República oficiante arquivou o inquérito ao argumento de que a alegação inverídica “*não foi capaz de exercer qualquer influência sobre a convicção da autoridade judiciária*”, razão pela qual deve ser reconhecida a atipicidade da conduta por ausência de potencialidade lesiva. O Juiz Federal não homologou o arquivamento e remeteu os autos a esta 2ª Câmara, nos termos do art. 28 do CPP c/c o art. 62-IV da Lei nº 75/93.
3. Conforme entendimento desta Câmara Criminal, para a configuração do crime de falso testemunho é necessária a existência de potencialidade lesiva nas declarações prestadas pela testemunha, o que não se verificou no caso. Precedentes do STF e STJ.
4. Insistência no pedido de arquivamento.

Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o crime de falso testemunho, capitulado no art. 342 do Código Penal, supostamente praticado por ROSELI FÁTIMA TRIVELATTO, testemunha arrolada pela reclamada, COMERCIAL CERAVOLO LTDA., quando de seu depoimento perante o Juízo da 10ª Vara do Trabalho de Campinas/SP.

O Procurador da República oficiante arquivou o inquérito, por entender que o depoimento da testemunha não teve potencial lesivo, visto que “*a afirmação acoimada de falsa não foi capaz de exercer qualquer influência sobre a convicção da autoridade judiciária*” (fls. 18/20).

O Juiz Federal não homologou o arquivamento afirmando que se trata de crime formal e remeteu os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do art. 28 do CPP c/c o art. 62- IV, da LC nº 75/93.

É o relatório.

Acompanho o entendimento do Procurador da República, razão pela qual transcrevo trecho de sua manifestação, adotando-o como parte integrante deste voto, *in verbis*:

“Compulsando os autos, verifica-se que a afirmação acoimada de falsa não foi capaz de exercer qualquer influência sobre a convicção da autoridade judiciária, tendo ela reconhecido na sentença de primeiro grau que ‘...trata-se de prova testemunhal totalmente contraditória, o que motivou a readvertência das testemunhas quanto ao crime de falso testemunho, e concessão de prazo de 48h para retratarem e retificarem seus testemunhos, o que não ocorreu. Havendo prova dividida, como no caso em questão, recomenda-se o julgamento conforme o ônus da prova’. Se trata, portanto, de um testemunho que não causou prejuízo ao processo, visto que ao reclamante cabia o ônus probatório (fl. 05). Verifica-se, portanto, que a dúvida acerca da veracidade das afirmações do investigado foi estabelecida pelo magistrado, impossibilitando qualquer prejuízo ao normal desenvolvimento da atividade judiciária” (fl. 19).

A figura típica descrita no art. 342 do Código Penal, apesar de descrever crime formal<sup>1</sup>, tem como pressuposto para sua caracterização a existência de um dano em potencial. Para a configuração do crime em comento, a falsidade deverá recair sobre fato juridicamente relevante e pertinente ao objeto do processo de que se trate, e ter aptidão para influir no julgamento futuro. Nesta linha, adverte a doutrina pátria que “sem potencialidade lesiva, o falso testemunho será um ato imoral, mas não antijurídico”<sup>2</sup>. A respeito do tema em comento, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça que “a potencialidade de dano (perigo) à Administração da Justiça é elemento constitutivo do delito”<sup>3</sup> e que “não é necessário para a tipificação do delito, que o teor do testemunho influa concretamente na decisão judicial, mas apenas que exista a possibilidade desta influência”<sup>4</sup>. Nesse sentido, transcrevo os seguintes arestos:

<sup>1</sup> JESUS, Damásio Evangelista de. Curso de direito processual penal. Ed. Forense, p. 110. PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro, vol. 4. Ed. RT, p. 651.

<sup>2</sup> FRANCO, Alberto Silva, e outros. Código Penal e sua interpretação jurisprudencial. Volume I, 6ª edição, pág. 3840.

<sup>3</sup> REsp 109.383/DF, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, DJ 09.06.1997 p. 25582

<sup>4</sup> HC n.º 36017/RS, 5ª Turma do STJ, relator ministro Gilson Dipp, unânime, DJ-I de 20/09/2004, p. 319

“Não obstante se cuide de um crime formal, a objetividade jurídica do tipo – erigido no interesse da administração da Justiça – como é de regra nos crimes de falso, **reclama a potencialidade lesiva da declaração inverídica, isto é, "que possa influir sobre o resultado do julgamento"** (Fragoso, "Lições de Dir. Penal", 1965, 4/1221); disso resulta a necessidade de a denúncia não apenas descrever concretamente a falsidade do testemunho, mas explicar em que consistiria o seu relevo em face do objeto do processo em que prestado.” (STF; HC 69.047/RJ; 1ª Turma; Rel. Min. Sepúlveda Pertence; DJU 24.04.1992)

“PENAL. PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. FALSO TESTEMUNHO. ART. 342, CAPUT, CP. ATIPICIDADE. INEXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA.

**É pacífico na jurisprudência que, para haver crime de falso testemunho, o depoimento prestado deve ser revestido de potencialidade lesiva.** Assim, depoimentos de testemunha que não influencia em nada a decisão do magistrado que sentencia, é figura atípica. (RECURSO ESPECIAL N. 550.256. Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO. Decisão publicada no dia 12.08.2004)”

“PENAL. RECURSO ESPECIAL. **FALSO TESTEMUNHO. POTENCIALIDADE DE DANO. NÃO CONFIGURAÇÃO.**

I - Para a caracterização do delito de falso testemunho basta a potencialidade, sendo **despiciendo o efetivo dano à Administração da Justiça**. Trata-se de crime de perigo e não de dano (**Precedentes do Pretório Excelso e do STJ**).

II - Evidenciado que as declarações prestadas pelo recorrido na condição de testemunha, em sede de reclamação trabalhista, não foram levadas em conta pelo julgador ao resolver a lide, dada a flagrante inidoneidade da versão apresentada para os fatos, exsurge a ausência de potencialidade de lesividade de sua conduta. Recurso especial desprovido.” (Recurso Especial nº 1.123.169/RS, Relator Ministro Felix Fischer, 5ª Turma, por unanimidade, julgado em 03.12.2009, publicado no DJe em 29.03.2010)

Inexistindo, como no caso, sequer a possibilidade de influência na sentença, não há que se falar em crime de falso testemunho.

Com essas considerações, voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Encaminhem-se os autos ao Juiz Federal da 1ª Vara Federal de Campinas/SP, com nossas homenagens, cientificando-se o membro do *Parquet* oficiante.

Brasília-DF, 24 de junho de 2013.

**Raquel Elias Ferreira Dodge**  
Subprocuradora-Geral da República  
Coordenadora da 2ª CCR/MPF

LT